

ELOGIO À LENTIDÃO: ELEMENTOS PARA PENSAR O “RETORNO DO TERRITÓRIO” NA AMAZÔNIA

PRAISE FOR SLOWNESS: ELEMENTS FOR THINKING ABOUT THE “RETURN OF TERRITORY” IN AMAZON Helbert Michel Pampolha de Oliveira ¹¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil**Resumo**

Pensar as resistências e as contrarracionalidades constitui tarefa central deste artigo, que, baseado na teoria social do espaço de Milton Santos, objetiva contribuir com as discussões sobre tempo lento e lentidão, propostas pelo geógrafo brasileiro em referência, tendo alguns elementos relacionados à região amazônica como pano de fundo. Metodologicamente, apoia-se em levantamento e revisão bibliográfica, levantamento documental de dados secundários e na sistematização de experiências cotidianas obtidas por meio de visitas de campo na Região Metropolitana de Belém. Desse modo, evidencia-se a potência da lentidão e o “retorno do território” desde a Amazônia, notadamente a partir das formas de sobrevivência socioeconômica pautadas na criatividade humana e do papel dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação ofertados pelas instituições públicas de ensino superior aos povos da floresta, dos rios e dos campos na região.

Palavras-chave: tempo lento; contrarracionalidades; região amazônica.

Abstract

Thinking about resistances and counter-rationalities is the central task of this article, which, based on Milton Santos' social theory of space, aims to contribute to the discussions on slow time and slowness proposed by the Brazilian geographer in question, with some elements related to the Amazon region as a backdrop. Methodologically, it is based on a bibliographical survey and review, a documentary survey of secondary data and the systematization of daily experiences obtained through field visits in the Belém Metropolitan Region. This highlights the power of slowness and the “return of the territory” from the Amazon, notably from the forms of socio-economic survival based on human creativity and the role of the technical, undergraduate and postgraduate courses offered by public higher education institutions to the peoples of the forest, rivers and fields in the region.

Keywords: slow time; counter-rationalities; Amazon region.

Recebido em: 20/10/2024 | 04/12/2025

Correspondência para: Helbert Michel Pampolha de Oliveira (helbertmichel93@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Em seu romance *A lentidão*¹, Milan Kundera assinala haver um vínculo secreto e não menos importante entre lentidão e memória. Isto é posto pelo romancista no instante em que ele demonstra existir certa proporcionalidade entre uma e outra, mas também entre a velocidade e o esquecimento (Kundera, 2011, p. 30), como se quisesse representar, sob uma dita matemática existencial, as diferentes formas que essas experiências adquirem na vida cotidiana moderna.

Tomadas as devidas proporções, tal problemática nos parece semelhante à desenvolvida por Milton Santos, já na década de 1990, quando estabelece uma interpretação a respeito do tempo (Santos, 2012a, 2013). Preocupado com as metamorfoses socioespaciais decorrentes do processo de globalização, o autor sinaliza para a coexistência de diferentes temporalidades no espaço, entendendo-o, portanto, como uma acumulação desigual de tempos





que, marcada pela racionalidade moderna e por um tempo rápido, revela-se alinhada aos interesses dos agentes que se apropriam, de forma hegemônica, do sistema técnico atual.

Na esteira dessa discussão, o geógrafo baiano fala de um tempo lento (Santos, 2012a, 2013) e ressalta o papel dos pobres, dos migrantes, das minorias e dos excluídos no mundo contemporâneo, qualificando-os como homens lentos. Estes, colados às rugosidades (Santos, 2008) de seus territórios de vida, seriam, para Milton Santos, os verdadeiros agentes da produção de contrarracionalidades (outras formas de racionalidade que, ao mesmo tempo, revelam-se convergentes e divergentes à racionalidade dominante), capazes, inclusive, de oferecer uma contrarresposta ao processo de globalização tal como ele é, perverso (Santos, 2000a), a partir da utilização dos subsistemas técnicos hegemonzados.

É justamente em torno desse debate que este artigo visa contribuir, realizando um elogio à lentidão ao passo em que indica alguns elementos relacionados à configuração de contrarracionalidades na formação socioespacial brasileira, em particular no espaço amazônico², onde as experiências socioterritoriais de homens e mulheres lentos podem nos indicar pontos interessantes à reflexão.

Para tanto, vale-se de levantamento e análise bibliográfica sobre conceitos, categorias e noções relacionados à temática em questão, bem como de levantamento documental e de informações secundárias acerca das instituições públicas de ensino superior na Amazônia, notadamente de cursos (nível técnico e superior) voltados aos povos dos rios, dos campos e da floresta, tendo em vista o esforço de aqui considerá-los como *agentes da lentidão*. Esclarece-se que tais informações foram levantadas diretamente nos sites das instituições. Na mesma perspectiva, o artigo também conta com a sistematização de experiências cotidianas correlatas à discussão obtidas em visitas de campo na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará.

Assim, além desta introdução e das considerações finais, o texto encontra-se estruturado em duas principais seções. Na primeira, discute a relevância do tempo lento na produção de ações contra-hegemônicas no território brasileiro, enquanto na segunda busca tratar da potência da lentidão em uma região periférica deste País, a sugerir resistências e alternativas à perversidade do período atual, tão bem discutido por Milton Santos.

NO BRASIL, A FORÇA DOS FRACOS É O SEU TEMPO LENTO

Refletindo acerca do cotidiano, Santos (2000a) assinala que tanto o território quanto o lugar revestem-se de certa esquizofrenia no atual período da história, por ele denominado como técnico-científico informacional. Isto porque, a racionalidade moderna que caracteriza o espaço (Santos, 2012a) neste atual momento histórico é responsável por configurar um meio geográfico instrumental aos interesses e demandas do capital, portanto, com alta composição orgânica (Marx, 2013) do território (Santos, 1992), consubstanciando o que, já na década de 1990, o geógrafo baiano (Santos, 2013) identificava como meio técnico-científico informacional.



Nesse meio geográfico dialeticamente marcado por altos conteúdos de ciência, técnica e informação, tem-se, de um lado, e sob a mediação do Estado, o estabelecimento de agentes e demais vetores da globalização hegemônica para quem o território, à luz de uma solidariedade organizacional, é um mero recurso (Santos, 2000a). Por outro lado, o autor em referência também destaca a produção de uma contra-hegemonia, isto é, de contrarracionalidades (Santos, 2012a) comuns a todos aqueles que cotidianamente são marginalizados e excluídos por esse modo de produção técnico-científico informacional (Santos, 1999a). Para estes últimos, como Santos (2000a) nos adverte, o território é um verdadeiro abrigo cuja coesão é dada pela solidariedade orgânica.

Ora, nada incomum à constatação daqueles que, de carro particular, transporte coletivo, bicicleta ou a pé (ou mesmo daqueles que podem se deslocar por via aérea e, assim, sobrevoam os lugares), enxergam as paisagens e/ou vivem o cotidiano das cidades brasileiras. O que dizer, então, da observação atenta de quem, em uma região como a Amazônia, singra este território por meio de barcas, “rabetas” e canoas e se depara com uma realidade duramente esquecida pelas políticas públicas, como se, ali, pessoas, esperanças e sonhos por dias melhores não existissem?

Ainda que esta situação não seja algo incomum ao cotidiano de quem quer que seja, o que incomoda mesmo, em verdade, é a indiferença de quem se depara e não se angustia com cenas decorrentes da flagrante desigualdade socioespacial que, paradoxalmente, marca o período atual. Essa perversidade, por sua natureza, é produzida pelo pragmatismo dos processos econômicos e sociais dominantes que, em sua realização, é responsável pela obliteração do que Lefebvre (1980) chama de práticas sociais multidimensionais, isto é, práticas sociais diversas e que não devem ser reduzidas ao economicismo abstrato, cujo pragmatismo produz exclusões na vida cotidiana e nega, a muitos, um espaço verdadeiramente humano, conforme sugere Santos (2012b).

Nesse sentido, considerando a difusão diferencial e seletiva do meio técnico-científico informacional, tem-se o estabelecimento daquilo que Santos e Silveira (2012) denominam como zonas luminosas e zonas opacas do território. As primeiras, em razão dos altos conteúdos tecnológicos e organizacionais, são áreas onde a racionalidade hegemônica e a força do capital são facilmente visualizadas na paisagem – áreas de alta composição orgânica do território (Santos, 1992), dada a predominância de fixos e fluxos modernos que, dialeticamente, asseguram o controle das parcelas técnica e política (Santos; Silveira, 2012) do processo produtivo nos lugares.

Contrariamente, apresentando baixa composição orgânica do território (Santos, 1992), estão as zonas opacas (Santos; Silveira, 2012), definidas pela pobreza e por um meio construído precarizado pela ausência de equipamentos e serviços públicos essenciais à vida de grande parte da população, sendo, assim, as áreas escondidas, “apagadas” e ocultadas do território. São elas, portanto, um reflexo daquele pragmatismo hegemônico, hierárquico e excludente, característico da racionalidade dominante introjetada no espaço.

No que concerne às temporalidades³ que norteiam e definem as relações nos espaços luminosos e opacos, tem-se a coexistência antagônica, porém, complementar entre tempos



rápidos e tempos lentos (Santos, 2013), que também comporta uma série de “temporalidades intermediárias” (Santos, 2012a) engendradas de acordo com as particularidades de cada subespaço. Assim, acrescenta-se que o tempo rápido é o tempo dos indivíduos, firmas e instituições hegemônicas na sociedade, enquanto o tempo lento, por sua vez, diz respeito às firmas, instituições, homens e mulheres hegemonzados (Santos, 2002a) no quadro de vida social.

Contudo, cumpre esclarecer, emprestando as contribuições de Deleuze e Guattari (2012), que a oposição entre lentidão e velocidade está para além de questões puramente semânticas e, outrossim, não diz respeito a uma oposição quantitativa. Antes, todavia, trata-se de um antagonismo complementar que é qualitativo e científico, pois *“lento e rápido não são graus quantitativos do movimento, mas dois tipos de movimentos qualificados, seja qual for a velocidade do primeiro, e o atraso do segundo”* (Deleuze; Guattari, 2012, p. 41, grifos dos autores).

Aqui, entende-se ser neste sentido a reflexão que Santos (2001, 2002a, 2012a, 2013) desenvolve a respeito das noções de tempos rápidos e tempos lentos, velocidade e lentidão, associadas ao seu denso sistema de ideias: muito menos uma tentativa de enquadramento da realidade e muito mais, do ponto de vista científico e, decerto, político, uma contribuição no sentido de desvelar os processos socioespaciais no período da globalização. Ademais, lembrando Santos e Silveira (2012, p. 263), o que importa, em realidade, é saber as consequências culturais, econômicas, políticas e sociais da lentidão e da rapidez, sendo essencial, portanto, “reconhecer os processos reguladores e suas manifestações geográficas”.

Desta maneira, sem tornar a realidade algo absoluto, aqueles indivíduos que habitam as chamadas zonas opacas, o autor denomina como homens lentos. Isto é, homens e mulheres que, nas cidades, habitam os interstícios do meio técnico-científico-informacional e têm no território um verdadeiro abrigo, seja para moradia, trabalho ou mesmo para a realização de atividades comuns ao circuito inferior da economia (Santos, 2004), importantes à sobrevivência e à reprodução de suas famílias (Arroyo, 2006), posto que “a economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas” (Santos, 2002a, p. 22).

Nesse sentido, ao refletir sobre a relação território e cidadania, Santos (2014) assinala que cada indivíduo vale pelo lugar que ocupa em determinado espaço, destacando, inclusive, a impossibilidade de se pensar em classes sociais sem se levar em consideração a base territorial, o que reafirma o espaço como uma instância da sociedade (Santos, 2008) e, assim, como condição de cidadania. À luz deste debate, as zonas opacas seriam, portanto, territórios “vazios de cidadania” (Santos, 2014), áreas onde os indivíduos que nelas residem, lentos, contam com menos possibilidades e mobilidade do que aqueles socioespacialmente mais abastados, que vivem nas zonas luminosas das cidades.

Nas zonas opacas, esses espaços do aproximativo, Santos (2013, p. 80) aponta que os homens e mulheres lentos veem e vivem a cidade de uma maneira relativamente melhor, pois a imobilidade e a lentidão dos seus corpos os permitem “ser mais velozes na descoberta do mundo” e – diferentemente dos ricos e agentes do tempo rápido – a estabelecer um “processo intelectual contraditório e criativo” nos territórios onde habitam; constatação esta que aqui



reforçamos com a percepção do escritor tcheco-francês Milan Kundera, quando, ao analisar a lentidão, pontua o seguinte: “[...] o grau de lentidão é diretamente proporcional à intensidade da memória; o grau de velocidade é diretamente proporcional ao esquecimento” (Kundera, 2011, p. 30-31).

Nota-se, então, concordando com Hissa (2012), que o veloz, o mais apressado, é aquele que mais perde a amplitude dos sentidos e que precariamente se apropria das experiências culturais, políticas e sociais do cotidiano. Por outro lado, o sujeito pautado pela lentidão tende a melhor experienciar a realidade, com a ampliação da imaginação, da criatividade e da atenção; daí Milton Santos (2013, p. 80) pontuar que “[a] força é dos ‘lentos’ e não dos que detêm a velocidade [...]” responsável pela vertigem e pela cegueira.

Inspirada em Ribeiro (2013), para quem a noção de homem lento é político-filosófica, Oliveira (2008) ratifica que esta contribuição de Milton Santos permite o reconhecimento da ação dos indivíduos comuns, os quais se utilizam da criatividade para conquistar direitos fundamentais relacionados ao território; fato este, *per se*, que já expressa a potência da contribuição miltoniana, pois, do ponto de vista dos homens e mulheres lentos, as potencialidades mediadoras de uso do território sugerem um entendimento renovado e profundamente atual da própria política (Ribeiro, 2013).

Desta maneira, ao tomar consciência quanto às perversidades do processo de globalização, os pobres e excluídos se insurgem e, juntos, politizam o cotidiano a partir dos lugares onde vivem (Santos, 2000a), configurando laços de solidariedades e formas alternativas de sobrevivência; momento em que ganha destaque a práxis inventiva tratada por Lefebvre (1980), para quem a vida cotidiana não deve ser pautada apenas pelo repetitivo, mas entendida como lugar de encontro, confronto, repetição e, sobretudo, criação.

Como a “co-presença ensina aos homens a diferença” (Santos, 2013, p. 79), é a situação de vizinhança e a experiência da escassez (Sartre, 1985) que se prestam como reveladoras das perversidades provocadas pela globalização à vida dos pobres e lentos. Daí a insubordinação à racionalidade e ao pragmatismo modernos no espaço banal, de todos, como possibilidade de insurreição por parte dos *agentes da lentidão*; iniciativa esta em que a resistência e a busca pela sobrevivência se dão a partir do território abrigo, dos lugares e das pessoas juntas (Santos, 2000a), com o reforço de solidariedades orgânicas e a produção de novas horizontalidades, aqui entendidas como verdadeiras contrarracionalidades.

A sociabilidade urbana pode escapar aos seus intérpretes, nas faculdades; ou aos vigias, nas delegacias de polícia. Mas não aos atores ativos do drama, sobretudo quando, para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias. [...] A cidade, pronta a enfrentar seu tempo a partir do seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara do seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos “donos do tempo”, que são também os donos do espaço (Santos, 2000a, p. 132).

Com isso, afirma-se ser a partir das zonas opacas, onde o tempo lento se faz mais comum, que os agentes excluídos e/ou precariamente incluídos pelo processo de globalização – os homens e mulheres lentos, os “agentes da lentidão” que, sob a ótica do futuro, são a “nação ativa” de que trata Santos (2002b) – demonstrarão aquilo que este mesmo autor



denominou como o “retorno do território” (Santos, 1994). Tal metáfora é mobilizada pelo geógrafo baiano para representar o território habitado onde os hegemonizados, com base na proximidade, criam novas horizontalidades e impõem à ordem social dominante, dos tempos rápidos, uma espécie de revanche, de resistência.

Assim, nesses territórios “vazios de cidadania” (Santos, 2014), mas cheios de gentes e sonhos, lentidão (Santos, 2001, 2002a, 2012a, 2013) e práxis inventiva (Lefebvre, 1980) parecem se combinar e, assim, sugerir o que fazer e como resistir ao pragmatismo que propõe a eliminação de outras modalidades de existência no espaço. Adquire importância, neste contexto, a flexibilidade tropical (Santos, 2013), isto é, práticas socioespaciais adaptativas e alternativas que viabilizam a sobrevivência dos excluídos; alternativas estas importantes à confrontação do planejamento urbano e regional convencional, sinalizando para a possibilidade de incorporação da lentidão como um princípio fundamental para se pensar o território e sua diversidade em tempos de globalização.

A Amazônia, uma região tida como expressão pontual da “cara geográfica” da globalização (Santos, 2012a; Santos; Silveira, 2012), ainda que seja vista como “região do obedecer” (Santos, 1995) na Divisão Territorial do Trabalho, parece nos oferecer uma série de elementos e experiências que demonstram, do ponto de vista político, o seu potencial de região de vanguarda quanto ao debate da lentidão, como se pretende elucidar na próxima seção.

NA AMAZÔNIA, A POTÊNCIA DA LENTIDÃO E O “RETORNO DO TERRITÓRIO”

O exercício de reposicionar o olhar para analisar a realidade parece ter sido um elemento bastante caro na trajetória intelectual de Milton Santos, seja para compreender a especificidade dos “países subdesenvolvidos” no mundo contemporâneo, seja para entender as desigualdades regionais em uma formação socioespacial como a brasileira, algo inclusive relatado por esse geógrafo em entrevista concedida (Santos, 2007, p. 117) na virada do século XX para o século XXI.

Baseando-nos neste importante exercício analítico e intelectual, a Amazônia e suas particularidades parecem nos ajudar a desvelar a diversidade de formas e processos mediante os quais o capitalismo – enquanto totalidade diabólica (Santos, 2011) – se estrutura no espaço. A despeito disto, também nos auxilia a indicar possibilidades e alternativas à perversidade sistêmica típica do período da globalização, a partir de outras lógicas de solidariedade, de outras temporalidades e de outros modos de sobrevivência no território. O esforço que se segue busca demonstrar esse movimento possível, notadamente a partir do espaço amazônico.



Agentes da lentidão, criatividade e outras formas de sobrevivência na Amazônia

Preciosos e verdadeiros arquivos culturais do mundo amazônico, as cidades ribeirinhas desta região representam as dimensões simbólicas de uma cultura que, não obstante a homogeneização pretendida pelo processo de globalização, teima em permanecer pulsante, conforme salienta Oliveira (2006). Contudo, ainda de acordo com este autor, estas cidades, de hoje, diferem das pretéritas não somente do ponto de vista da forma, dadas as modificações em seus conjuntos arquitetônicos e em suas infraestruturas, mas também no que diz respeito ao conteúdo, seja pela dinamicidade do tempo rápido, seja pela inércia inerente ao tempo lento.

A grande questão, todavia, é a não consideração desses aspectos particulares à cidade e ao urbano na Amazônia em políticas públicas voltadas ao planejamento do desenvolvimento urbano e regional, como destaca Trindade Júnior (2010a). É o que sustenta, por exemplo, a pesquisa de Montoia e Costa (2020) sobre as pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas⁴, ribeirinhas por natureza, especialmente no que concerne a Afuá (PA), Ponta de Pedras (PA) e Mazagão (AP). Nestas formações urbanas, ou ribeirurbanas⁵, os autores destacam as relações cotidianas que os próprios habitantes locais, verdadeiros *agentes da lentidão*, desenvolvem entre si, o que potencializa as dinâmicas locais e revela o contexto socioespacial dessas cidades.

Fala-se isto porque, se a competitividade tem sido a lógica que orienta a maioria das relações sociais nas cidades brasileiras, nas pequenas cidades da Amazônia, por sua vez, o sistema de ações dominante é definido, em grande medida, pelas ideias de cooperação e de solidariedade; ideias estas que, no espaço amazônico, não sem conflitos e contradições, e longe de simbolizarem algum conformismo ou romantização, revelam a autonomia de populações que constroem suas vidas a partir de outras lógicas, outros ritmos e, portanto, outras formas de sobrevivência no território.

É com base nestes argumentos que Montoia e Costa (2020) chamam a atenção para a configuração de “redes de solidariedades” nos três espaços supracitados. Nessas pequenas cidades do Delta do Rio Amazonas, e pela natureza das relações historicamente construídas pelos agentes locais, tais redes expressam a proximidade peculiar de espaço-temporalidades lentas, orientadas pelo rio e pela floresta e por padrões não metropolitanos de sociabilidade, a despeito da incorporação recente de objetos técnicos (computadores, celulares e antenas de TV por satélite, por exemplo) e, com o precário acesso à internet, a consequente difusão de uma psicosfera urbana comum ao período atual, tão bem anunciado por Santos (2000a, 2013).

Assim, por meio de laços de parentesco e de vizinhança/comunitários, Montoia e Costa (2020) destacam a produção de uma solidariedade orgânica dentro desses próprios municípios. O que dizer, neste sentido, das relações comerciais estabelecidas em Ponta de Pedras (PA), notadamente em torno da economia do açaí, que cidadãos mantêm para com parentes situados nas comunidades do interior como uma forma de, mutuamente, melhorar a renda das famílias? Ou, então, como no caso de Afuá (PA) e Mazagão (AP), com o envio e recebimento de roupas e mantimentos entre parentes que moram nessas cidades e aqueles que



habitam nas comunidades rurais desses espaços, enquanto uma maneira de simplesmente estabelecer um auxílio recíproco (Montoia; Costa, 2020)?

Todas estas inter-relações, configuradas a partir das vivências de *agentes da lentidão*, refletem a organicidade da presença (Santos, 2003) de que resultam as redes de solidariedades (Montoia; Costa, 2020) na Amazônia; redes estas que, inclusive, podem sinalizar propostas e alternativas interessantes à reflexão sobre o espaço amazônico e sua urbanodiversidade (Trindade Júnior, 2010a), tal como, por exemplo, a flexibilidade tropical (Santos, 2013) frequentemente constatada na economia urbana de cidades desta região, sobretudo entre os homens e as mulheres pobres desses territórios.

A tese de Montenegro (2011), que traz uma análise sobre globalização, trabalho e pobreza em quatro metrópoles brasileiras, revela aspectos muito interessantes a respeito do circuito inferior da economia (Santos, 2004) em Belém. Isso porque, além de evidenciar a importância econômica e social do circuito espacial de produção do açaí entre Belém e a porção insular que circunda esta metrópole, a autora também enfatiza as formas alternativas de trabalho que garantem o sustento e a sobrevivência de muitas famílias em áreas periféricas da cidade. É o caso, por exemplo, da adaptação de um cômodo ou da fachada de uma residência para a realização de uma ou mais atividades econômicas, como a venda de açaí e a realização de cortes de cabelo; ou mesmo da aplicação de injeções e a realização de impressões, escaneamentos e/ou gravação de músicas em *pen drive*.

São, portanto, formas proteiformes de trabalho baseadas na criatividade e que asseguram a sobrevivência de homens e mulheres pobres, os quais, no meio ambiente construído, por vezes precário, encontram a oportunidade de se reproduzir (Santos, 2013). Trata-se de uma práxis inventiva (Lefebvre, 1980) que, somada à lentidão e à situação de escassez, incentiva o indivíduo a realizar adaptações e, com isso, (re)criar determinados objetos técnicos a fim de viabilizar seu sustento; fato este que também pode ser observado na Ilha de Cotijuba, situada na porção insular da cidade de Belém.

Destino frequente de populações pobres e de classe média baixa da capital paraense que buscam por lazer, a Ilha de Cotijuba revela a prevalência de um circuito inferior em suas atividades econômicas e baixa composição orgânica em seu território (Rodrigues, 2024). Nela, que só recentemente aceitou a utilização de motocicletas – sem, contudo, renunciar completamente ao uso de carroças tracionadas por cavalos –, com exceção de viaturas e ambulâncias, pode-se observar o fluxo intenso de mototáxis e “motorretes” que levam e trazem turistas com destino às praias locais, não obstante a temporalidade lenta que parece marcar o seu cotidiano.

Em relação à “motorrete” (Figura 1), tem-se um flagrante exemplo da flexibilidade tropical de que trata Santos (2013). Isto porque, o automóvel em questão nada mais é do que uma adaptação local entre uma motocicleta e uma charrete, com capacidade para transportar até 190 kg, conforme nos informou o operador do veículo, morador da Ilha há mais de 30 anos. Orientados por uma adaptação criadora lá mesmo nos espaços onde vivem, os homens e mulheres que realizam essas atividades na Ilha de Cotijuba não dispõem de quaisquer vínculos funcionais com quem quer que seja. Eles próprios desempenham a condução da



“motorrete” (e, às vezes, a função de guia pela Ilha), a organização do embarque e desembarque dos passageiros, bem como a cobrança pelas corridas.

Figura 1 – “Motorrete” na Ilha de Cotijuba, Belém (PA): exemplo de flexibilidade tropical



Fonte: Acervo do autor, jan. 2020.

Trata-se mesmo, como se pode observar, de uma notável atividade do circuito inferior da economia urbana (Santos, 2004) que, com baixos níveis de capital, tecnologia e organização, garante o sustento e a reprodução de muitas famílias no referido lugar; algo também possível de ser verificado na pequena cidade marajoara de Afuá, no estado do Pará. Isso porque, marcada por uma forma de urbanismo bem particular em razão da natureza e de seu tempo, a cidade foi construída em cima de palafitas de madeira e, em 2002, por meio de lei, proibiu o uso de veículos automotores de qualquer natureza em suas ruas, inclusive os veículos elétricos, recentemente mais difundidos pelo país.

Embora conte com uma pista de pouso para táxi aéreo, chega-se a essa pequena cidade amazônica, sobretudo, através de embarcações. Nela, por sua vez, locomove-se principalmente a pé e por meio de bicicletas, as quais, a partir dos saberes e da criatividade locais na década de 1990, foram objetos de diversas adaptações que originaram, por exemplo, as “bicilâncias” e as “bicitáxis”, como ilustrado na Figura 2 para este último tipo de objeto.

Muitos cidadãos usam as “bicitáxis” como meio de trabalho a partir da prestação de diversos serviços, garantindo, assim, o sustento de suas famílias, seja a partir do transporte de pessoas e mercadorias, seja, ainda, para a realização de vendas de utensílios e/ou mesmo de propagandas pelas ruas da cidade. Nesse sentido, chama a atenção a inventividade local ligada à criação de um meio de transporte tido, hoje em dia, como um símbolo da cidade e como exemplo de mobilidade mais sustentável nessa porção do espaço amazônico.



Figura 2 – “Bicitáxi” em Afuá (PA): exemplo de flexibilidade tropical



Fonte: Acervo do autor, set. 2025.

Uma vez pontuados alguns elementos relativos à lentidão, à criatividade e a formas outras de sobrevivência no espaço amazônico, a representar uma contrarresposta à racionalidade hegemônica, faz-se interessante destacar, ainda que de forma breve, a relevância de outros objetos cujas ações, dialeticamente, demonstram a produção de contrarracionalidades como possibilidade na região.

Objetos de grandeza cidadã e o “retorno do território” como possibilidade

Desde as décadas de 1970 e 1980, e com a retomada e reformulação recentes das políticas de cunho desenvolvimentista no Brasil, muito se tem falado a respeito dos grandes projetos de desenvolvimento e suas materialidades na Amazônia, assim como dos impactos deletérios que suas (des)articulações causam nesta região, tanto no plano da psicosfera quanto no plano da tecnosfera. A relevância do debate pode ser verificada quando se analisa a contribuição de autores (p. ex.: Castro, 2017; Castro; Acevedo Marin, 1993; Hébette, 1991, 1995; Malheiro, 2019; Martins, 1991; Padinha, 2017; Pinto, 1995; Schuber, 2019; Trindade Júnior, 2010b) que se preocuparam com essa grave problemática regional que, com novas formas de realização, assola o espaço amazônico ainda nos dias de hoje.

Milton Santos, em visita a Belém no início da década de 1990, foi um desses estudiosos que examinou a questão dos grandes projetos na Amazônia e nos legou uma leitura perspicaz sobre o tema. Para ele, os grandes projetos seriam, na verdade, grandes objetos técnicos (Santos, 1995), isto é, configurações materiais de um sistema de ações projetado em nível global que independem das forças presentes no lugar onde se instalam. Assim, dada a racionalidade desses objetos, carregados por intencionalidades forâneas previamente



estabelecidas, Santos (1995) entende-os como verdadeiras correias de transmissão dos objetivos dos atores hegemônicos, para os quais o território é um mero recurso.

Em que pese a relevância do tema, que não deve ser deixado em segundo plano, chama-se a atenção para a necessidade de se falar em *outros objetos* nesta região, como o que denominamos enquanto *objetos de grandeza cidadã*⁶ (Oliveira, 2019, 2024) e seu potencial de articulação no espaço amazônico, tomando como exemplo de reflexão, aqui, as instituições públicas de ensino superior (IPES). Fala-se delas principalmente em relação aos cursos voltados para as necessidades e particularidades socioterritoriais dos povos dos rios, dos campos e da floresta (Quadro 1); cursos estes cujo intuito é, além de oferecer uma formação nos níveis técnico e superior, fortalecer o diálogo de saberes e potencializar as lutas políticas desses agentes e grupos sociais na região.

Quadro 1 – *Objetos de grandeza cidadã: campi* de IPES que ofertam cursos voltados para populações do campo, dos rios e da floresta na Amazônia

UF	Instituição	Curso(s) ofertado(s)	Campus
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Formação Docente Indígena**	Floresta
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Formação de Professores Indígenas**	Benjamin Constant, Manaus, Tefé e Lábrea (campus UEA)
		Licenciatura Indígena, Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável**	São Gabriel da Cachoeira (campus IFAM)
	Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ⁱ	Pedagogia Intercultural Indígena**	Benjamin Constant, Itacoatiara, Lábrea, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – Manaus, Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Manacapuru, Manicoré, Maués e Novo Aripuanã



		Pedagogia do Campo**	Maués
		Licenciatura Plena para Professores Indígenas do Alto Solimões**	Benjamin Constant
		Educação do Campo com ênfase no Projovem Campo – Saberes da Terra***	Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – Manaus
	Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	Agroecologia**	Manaus Zona Leste
		Formação de Professores Indígenas**	São Gabriel da Cachoeira (parceria com a UFAM)
AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Educação do Campo**	Mazagão
		Licenciatura Intercultural Indígena**	Binacional Oiapoque
	Instituto Federal do Amapá (IFAP)	Técnico em Meio Ambiente*	Porto Grande
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Agroecologia**	Abaetetuba
		Licenciatura e Bacharelado Geografia com ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural** (Pronera) Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável*****	Belém
		Educação do Campo**	Abaetetuba, Altamira e Cametá
		Etnodesenvolvimento**	Altamira
		Práticas Pedagógicas na Educação do Campo***	Cametá
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Educação do Campo**	Marabá
	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Licenciatura Intercultural Indígena**	Paragominas, Salvaterra e São Miguel do Guamá



	Instituto Federal do Pará (IFPA)	Agroecologia*	Itaituba e Rural de Marabá
		Educação do Campo**	Altamira, Bragança e Rural de Marabá
		Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural***	Breves
		Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas***	Paragominas
		Educação de Jovens e Adultos: Saberes ribeirinhos e prática pedagógica***	Abaetetuba
		Relações étnico-raciais***	Belém
		Saberes e Linguagens na Amazônia***	Belém
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Educação Básica Intercultural**	Ji-Paraná
		Educação Escolar Indígena***	Ji-Paraná
		Educação do Campo**	Rolim de Moura
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Agroecologia**	Murupu
		Educação do Campo**	Paricarana
		Gestão Territorial Indígena**	Paricarana
		Gestão em Saúde Coletiva Indígena**	Paricarana
		Licenciatura Intercultural Indígena**	Paricarana

Elaborado pelo autor com base em Oliveira (2019).

i Salienta-se que a UEA também oferta o curso de graduação em Pedagogia Intercultural Indígena nos núcleos de ensino situados nos municípios de Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Canutama, Envira, Fonte Boa, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Manaquiri, Maraã, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Pauini, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tapauá, Tonantins, Uarini e Urucará (UEA, 2024).

* Técnico

** Graduação

*** Especialização (Latu Senso)

**** Mestrado (Stritu Senso)

***** Doutorado (Stritu Senso)



Com base na agregação desses conhecimentos no contexto desses fixos sociais públicos (Santos, 2014) situados na Amazônia, importantes na interpretação do lugar pelo lugar (Santos; Silveira, 2000), defende-se a possibilidade quanto à criação de novas horizontalidades no território a serviço da própria sociedade em sua multidimensionalidade. Como nos ensina Santos (1994), pensar na construção de novas horizontalidades requer, cada vez mais, que sejam encontrados caminhos outros que nos liberem do puramente econômico e, conseqüentemente, da globalização tal como ela é, perversa, aproximando-nos de elementos capazes de restaurar a dignidade humana e construir uma outra globalização (Santos, 2000a), desde baixo.

Os *objetos de grandeza cidadã*, por sua natureza, uma agregação contígua entre essas populações e seus saberes; articulação esta que, inclusive, pode oferecer maior tomada de consciência em relação às perversidades praticadas na região, possibilitando a descoberta ou mesmo a redescoberta de mecanismos capazes de conduzir à elaboração de ações contra-hegemônicas. Isso, no entanto, não ocorre livre de contradições, pois, por exemplo, o mesmo fixo que potencializa tais ações também, em alguns casos, atua no fortalecimento de lógicas econômico-corporativas na região. No caso das instituições de ensino superior, pode-se falar da realização de cursos alinhados, em grande medida, ao avanço de atividades econômicas predatórias ligadas ao agronegócio, à pecuária, à mineração e à construção de infraestruturas, como hidrelétricas, ferrovias e rodovias, no espaço regional.

Contudo, busca-se jogar luzes para as iniciativas que se contraponham à referida lógica e promovam o fortalecimento da solidariedade orgânica e o estabelecimento de novas horizontalidades, nos termos de Santos (1994). Nesse sentido, ainda no bojo desses fixos sociais públicos (Santos, 2014), o que pensar, por exemplo, da importância e do papel do curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena que a Universidade do Estado do Pará (UEPA) oferta diretamente nas aldeias indígenas situadas nos municípios de São Miguel do Guamá, no nordeste paraense; de Paragominas, no sudeste paraense; e de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (UEPA, 2024)?

Ou então, do curso superior em Formação de Professores Indígenas⁷, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizado no *campus* Benjamin Constant-AM junto às etnias Kokama e Ticuna, situadas na sub-região do Alto Solimões (Ricardo, 2019)? O que pensar do impacto, no âmbito desses cursos, do diálogo, da sistematização e da potencialização dos “saberes da região” (Santos, 1999b) na vida de pessoas que, doravante, poderão retornar às suas comunidades com experiências e olhares preparados para conscientizar e formar, criticamente, homens e mulheres acerca de suas realidades e seus desafios?

No município de Altamira, sudoeste do Pará, adquire destaque nesta perspectiva o curso regular de Etnodesenvolvimento ofertado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), o qual se destaca pela inclusão de estudantes indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais no ensino superior e surge em razão das demandas do movimento indígena da região do Xingu, no ano de 2009, no contexto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), tem-se que esta graduação visa formar



agentes de etnodesenvolvimento e/ou etnoeducadores que possam atender às necessidades dos povos e comunidades tradicionais da região e, assim, intervir socialmente em suas realidades a partir da relação estabelecida entre as diferentes formas de conhecimento, notadamente entre o saber tradicional e o saber científico (UFPA, [2016?]).

Assim, trata-se de um curso que nasce da interiorização da UFPA no espaço paraense, em uma região marcada por conflitos socioambientais e pelo avanço do capital, e que tem contribuído bastante com o fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais por ele envolvidos, pois, considerando-se as primeiras turmas formadas:

[...] as comunidades fortaleceram suas organizações e as lutas de seus grupos de pertença; estão atuando na docência e gestão das escolas indígenas, quilombolas e do campo, assim como na gestão de órgãos governamentais e não governamentais de educação escolar indígena, educação do campo e de defesa dos direitos humanos; criaram disciplinas específicas nos currículos da Educação Básica de seus municípios, como a de Educação Quilombola, em Salvaterra [PA]; acessaram programas de pós-graduação, além da inserção da área do curso em concursos públicos (Parente, 2018).

Mediante estas possibilidades, destaca-se a importância de se pensar na ação transformadora e, por isso, nas horizontalidades e nas solidariedades orgânicas produzidas pelos *agentes da lentidão* na Amazônia, isto é, os ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pobres e demais agentes hegemonzados – que veem o território como abrigo –, do que propriamente nas verticalidades e nas solidariedades organizacionais características dos agentes hegemônicos da economia capitalista, para quem o território é um recurso.

Alerta-se, porém, que não se trata de desconsiderar a estrutura econômica, mas sim de conferir maior importância aos elementos típicos da vida regional enraizada e, dessa maneira, com grande possibilidade quanto ao estabelecimento de contra-hegemonias desde o território. Assim sendo, a Amazônia seria uma região que obedece? Do ponto de vista de uma política solidária, que não a política econômica do grande capital, defende-se que a região amazônica pode oferecer grandes e importantes exemplos de resistência – e não de obediência – para a região latino-americana, produzindo, neste sentido, um verdadeiro “retorno do território” (Santos, 1994) em contraposição às perversidades historicamente engendradas no contexto do processo de globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criatividade e a constituição de redes organicamente solidárias de inter-relação no território parecem elementos muito próprios de homens e mulheres cujos ritmos de vida são norteados por temporalidades mais lentas. Isso nos faz pensar, sem dúvidas, na importância e na potência do tempo lento (Santos, 2013) na estruturação de alternativas de sobrevivência e mesmo de resistências às práticas rígidas e excludentes do capital, seja na periferia de metrópoles ou, conforme Montoia e Costa (2020), em cidades ribeirinhas de uma região como a Amazônia.

Para esses agentes, o território é considerado mediante outras lógicas que não as hegemônicas, do capital, pautadas pela competitividade e pela hierarquia: ele é morada e, no



melhor sentido do termo, um abrigo, capaz de oferecer as condições necessárias – ainda que não ideais, fugindo, assim, de qualquer romantização da precariedade – para garantir a sobrevivência daqueles que verdadeiramente o habitam.

Nesta perspectiva, reside a importância de potencializar os laços de resistência que são constituídos nos mais diversos territórios abrigos, a exemplo das redes de solidariedades nas cidades do Delta do Rio Amazonas, ou em outras porções da região; ou mesmo da iniciativa daqueles homens e mulheres que, pautados pela criatividade, buscam o sustento de suas famílias, como se pode notar na periferia de Belém e em fragmentos de sua porção insular.

A constituição de novas horizontalidades, diretamente associadas à ideia de “retorno do território”, como resistência às ações hegemônicas (Santos, 1994), também nos revelam a importância do que consideramos como *objetos de grandeza cidadã* (Oliveira, 2019, 2024). Muito mais do que simples “nós”, estes objetos mostram-se como verdadeiros “laços” no plano territorial, principalmente ao possibilitarem a produção de um contrassaber (Santos, 2000b) e a ampliação do entendimento da dimensão geográfica do cotidiano nos mais recônditos lugares da Amazônia, por exemplo, realizando, assim, um convite à produção de uma ação transformadora (Santos, 2013) bastante pertinente ao campo do planejamento urbano e regional.

Com base nestes elementos, o elogio à lentidão que aqui tentamos realizar busca tratar de um princípio político, tanto à análise e interpretação do território usado, como, principalmente, à vivência cotidiana nesse espaço banal. A lentidão como princípio político, nesses termos, auxiliar-nos-ia a refletir acerca dos agentes e das dinâmicas socioespaciais nos lugares, identificando os homens e mulheres lentos que fazem e refazem suas vidas cotidianamente, mas também, em um exercício cidadão, a experimentar o cotidiano mediante outros ritmos, o que, decerto, poderia nos ajudar a (re)descobrir solidariedades outras e fortalecer o *front* de resistência aos modelos econômicos e políticos de espaço e à racionalidade perversa, que subjuga e oblitera a diversidade regional.

Portanto, quando Kundera (2011, p. 8) lança a indagação “Por que o prazer da lentidão desapareceu?”, tendemos a discordar, pois, mesmo com o globalitarismo (Santos, 2000a) há décadas instalado no mundo e o culto à velocidade presente no cotidiano, a lentidão, não plenamente como um prazer, está aí: seja nos grandes centros urbanos ou mesmo nas cidades locais, revelando-se principalmente como um ato de resistência sob a forma de paralisações realizadas por trabalhadores desempregados e/ou explorados; de apropriação inventiva e adaptativa dos subsistemas técnicos pelos pobres; de potencialização de saberes locais e de lutas políticas de agentes e grupos sociais cuja própria corporeidade, lenta, já indica uma resistência em determinados espaços, mas também em outras ações que apontam o “retorno do território” como possibilidade e, em alguns casos, como realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio concedido em forma de bolsa de doutorado (processo nº 141001/2020-8)



que foi fundamental para a execução desta pesquisa, bem como para o amadurecimento das reflexões parcialmente aqui postas.

NOTAS

1 - Originalmente publicado em francês, no ano de 1994, sob o título *La lenteur*, o romance de Milan Kundera traz uma discussão em torno da dificuldade de apreensão do real ante a velocidade da vida moderna, ressaltando, em vários momentos, a importância da lentidão e sua relação com a memória.

2 – Dado o peso das contribuições de Milton Santos neste artigo, optou-se pela regionalização dos “quatro Brasis” – Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada – (Santos; Silveira, 2012) nas reflexões aqui sistematizadas sobre o espaço amazônico, o qual, na leitura/proposição dos autores em referência, revela-se como uma expressão pontual do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro e é formado pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

3 - Interpretações particulares do tempo social, produzidas por um grupo ou indivíduo cujas ações animam objetos técnicos em determinada porção do espaço (Santos, 2012a).

4 - Região frágil do ponto de vista ambiental e com predomínio de cidades ribeirinhas em sua configuração. Estas cidades, por sua vez, estabelecem forte relação com os recursos dos rios e da floresta; relação esta responsável por garantir a sobrevivência de muitas famílias, bem como a economia dos núcleos urbanos que a integram (Montoia; Costa, 2020).

5 - Modo de vida particular – ribeirinho e urbano, portanto – que permanece apesar das transformações socioespaciais decorrentes do processo de globalização na Amazônia (Montoia; Costa, 2019, 2020).

6 - Trata-se de objetos geográficos cujas ações, dialeticamente, contribuem à emancipação e não à dominância humana (Santos, 2012b) e que são ofertados à população a partir das demandas da própria sociedade e não exclusivamente do mercado (Santos, 2014); objetos que, para além da forma grandiosa que no mais das vezes assumem na paisagem regional, destacam-se pela grandeza cidadã de suas ações nos lugares (Oliveira, 2019, 2024).

7 - De acordo com as informações prestadas pela Profª. Ms. Helenice Ricardo, da UFAM, o curso de Formação de Professores Indígenas foi iniciado no ano de 2008 e, desde então, formou três turmas de alunos indígenas que, doravante, tornaram-se professores indígenas, a saber: turma Murá, em 2013, e turmas Munduruku e Sateré-Mawé, em 2018. No ano de 2019, o curso atendia cinco turmas, como: turma Médio-Solimões (etnias Mirãna, Kokama, Kambeba, Ticuna, Mura, Munduruku, Kanamari e Miruna), turma Alto Rio Negro (etnias Baniwa, Tukano, Dessana, Baré, Barassana, Piratapuaia, Tuiuca, Karapana, Kubeu, Tariano, Yepá-Mahsã, Kuripaco e Werekena), turma Madeira-Manicoré (etnias Parintintim, Torá, Mura, Munduruku), turma Purus-Lábrea (etnias Palmari, Apurinã, Jarauara e Banawa) e, conforme já frisado, a turma Alto Solimões, responsável por atender duas etnias (Ricardo, 2019).



REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 4 out. 2008. Novos paradigmas. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- CASTRO, E. M. R. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, E. M. R. (org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.
- CASTRO, E. M. R.; ACEVEDO MARIN, R. E. Amazônia oriental: territorialidade e meio ambiente. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. p. 121-148.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2. 2. ed. São Paulo: Editora34, 2012. v. 5, 260 p.
- HÉBETTE, J. Apresentação. In: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 7-13.
- HÉBETTE, J. Prefácio. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. Não paginado.
- HISSA, C. E. V. A lentidão no lugar da velocidade. **Redobra**, Salvador, n. 9, p. 75-82, 2012.
- KUNDERA, M. **A lentidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 105 p.
- LEFEBVRE, H. Les catégories spécifiques. In: LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne: fondements d'une sociologie de la quotidienneté**. Paris: L'Arche Editeur, 1980. v. 2, p. 183-277.
- MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existências pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- MARTINS, J. S. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 15-33.
- MARX, K. Capital constante e capital variável. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. v. 1, p. 277-288. (Coleção Marx-Engels).
- MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MONTOIA, G. R. M.; COSTA, S. M. F. 2019. O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: construção de uma antropogeografia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 22, n. 2, p. 183-204, maio/ago. 2019.
- MONTOIA, G. R. M.; COSTA, S. M. F. “A simples necessidade de continuar existindo”: o acontecer solidário e os desafios das políticas públicas nas pequenas cidades da Amazônia. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 598-622, maio/ago. 2020.
- OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006.
- OLIVEIRA, A. L. **Música e vida urbana: encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro (1990-2008)**. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, H. M. P. **A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia**. 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- OLIVEIRA, H. M. P. Uma região que obedece? Alguns elementos para pensar o planejamento regional na Amazônia. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, p. e024003, 2024.



PADINHA, M. R. **Grandes objetos na Amazônia**: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. 2017. 444 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

PARENTE, F. A. Opinião: Etnodesenvolvimento e impactos transformativos. **Jornal Beira do Rio**, Belém, 9 abr. 2018. Disponível em: <https://beiradorio.ufpa.br/edicoes2018/94-142-abril-e-maio/225-opinioetnodesenvolvimento-e-impactos-transformativos>. Acesso em: 20 out. 2025.

PINTO, L. F. A desorganização do grande projeto. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 47-58.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 2, p. 293-310.

RICARDO, H. [Formação de professores indígenas]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. Manaus, 29 maio 2019. 1 e-mail. Disponível em: helbertmichel93@gmail.com. Acesso em: 12 abr. 2021.

RODRIGUES, A. F. A. C. **Os espaços insulares de Belém**: usos e consumos da natureza na Amazônia metropolitana e suas contradições socioespaciais. 2024. 512 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1992.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999a.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, p. 15-26, 1999b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000a. 174 p.

SANTOS, M. A universidade: da intencionalidade à universalidade. **Anuário Estatístico de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 13-15, 2000b.

SANTOS, Milton. O elogio da lentidão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2001. Seção + brasil 501 d.C. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, out./dez. 2002a.

SANTOS, M. Nação ativa, nação passiva. In: SANTOS, M. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002b. p. 94-97.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (org.). **Conhecimento e reconhecimento**: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 432 p. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, M. De volta ao Brasil. In: SANTOS, M. [Entrevista concedida a] Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 112-118.



SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a geografia crítica. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008. 288 p. (Coleção Milton Santos, 2).

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. *In*: SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2011. p. 187-204.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012a. 392 p. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012b. 96 p. (Coleção Milton Santos, 5)

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014. 176 p. (Coleção Milton Santos, 8).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília, DF: ABMES, 2000. 163 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 473 p.

SARTRE, J-P. **Critique de la raison dialectique**: l'intelligibilité de l'histoire. Paris: Gallimard, 1985. t. 2, 464 p.

SCHUBER, E. S. M. **Neodesenvolvimentismo, reestruturação urbana e cidades médias na Amazônia**: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós. 2019. 383 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 227-255, jul./dez. 2010a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional na Amazônia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010b.

UEA. Ensino. **Universidade do Estado do Amazonas**, Manaus, 2024. Disponível em: <http://cursos2.uea.edu.br/index.php?dest=info&curso=87>. Acesso em: 18 out. 2024.

UEPA. Nossos cursos. **Universidade do Estado do Pará**, Belém, 2024. Disponível em: <http://www.uepa.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

UFPA. PPCs aprovados. **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**, Belém, [2016?]. Disponível em: <http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view/inicio/visitante.php>. Acesso em: 18 dez. 2024.